

CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 3

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	101.166,38	98.533,64	PASSIVO CIRCULANTE	-30.604,47	-20.152,03
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	102.435,22	99.802,48	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	13.082,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	102.435,22	99.802,48	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	0,00	13.082,36
CONTA ÚNICA	102.435,22	99.802,48	FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	13.082,36
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-1.268,84	-1.268,84	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-30.604,47	-33.234,39
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	-1.268,84	-1.268,84	VALORES RESTITUÍVEIS	-30.604,47	-33.234,39
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	-1.268,84	-1.268,84	CONSIGNAÇÕES	-30.604,47	-33.234,39
ATIVO NÃO CIRCULANTE	881.969,36	537.533,17	TOTAL PASSIVO	-30.604,47	-20.152,03
IMOBILIZADO	881.969,36	537.533,17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
BENS MÓVEIS	459.891,25	229.284,12	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	135.002,90	135.002,90	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.013.740,21	656.218,84
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	17.662,79	17.662,79	RESULTADOS ACUMULADOS	1.013.740,21	656.218,84
BENS DE INFORMÁTICA	65.175,18	42.377,05	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	1.012.643,81	655.122,44
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	58.754,38	18.341,38	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	357.521,37	183.700,07
DEMAIS BENS MÓVEIS	183.296,00	15.900,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	655.122,44	471.422,37
BENS IMÓVEIS	456.805,10	308.249,05	LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.096,40	1.096,40
DEMAIS BENS IMÓVEIS	456.805,10	308.249,05	LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	1.096,40	1.096,40
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-34.726,99	0,00	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.013.740,21	656.218,84
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-34.726,99	0,00	TOTAL	983.135,74	636.066,81
TOTAL	983.135,74	636.066,81			



CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
BALANÇO PATRIMONIAL
PERÍODO

Exercício de 2017

2 of 3

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	101.166,38	98.533,64	PASSIVO FINANCEIRO (-30.604,47)+ Restos não Processado(13.057,69)	-17.546,78	8.016,83
ATIVO PERMANENTE	881.969,36	537.533,17		0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	1.000.682,52	628.049,98



CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

3 of 3

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
			COMPENSAÇÕES	0,00	0,00
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	0,00
			TOTAL	0,00	0,00





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

CASA VICENTE LACERDA DE MENEZES
PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: https://stc.ecc.pe.gov.br/epi/validarDoc.seam?codigo_documento=7265628-2f88-4405-9966-ec8e177814df

NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade:
Câmara Municipal de Camaragibe
CNPJ:
08.260.630/0001-07
Natureza jurídica da entidade:
106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais atividades da entidade:
84.11-6-00 - Administração pública em geral
Domicílio da entidade:
Rua Sr. Domingos Sávio Dias, 258, Centro, CEP: 54.768-010 – Camaragibe/PE
Natureza das operações e principais atividades da entidade:
<p>A Câmara Municipal de Camaragibe possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: “Administração pública em geral”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 686, de 21 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2017). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).”.</p>
Dados do Gestor:
Nome: José Roberto Barbosa Medeiros. Cargo: Presidente. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2018.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:
Nome: Cynthia Mayara Gomes dos Santos CRC-PE nº 026241/O-9. E-mail: cynthia_mayara@hotmail.com
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:
A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Camaragibe, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: <https://receita.fazenda.gov.br/portal/Doc.aspx?CodigoDocumento=61265628-2f88-4d05-9966-ec8e171814d1>

Atendimento a legislação e as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP 7ª edição e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo evidenciadas na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados (superávit/déficit financeiro). Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial é estruturado por ativos, passivos e patrimônio líquido, os resultados obtidos no balanço em questão são resultantes da execução orçamentário do exercício atual e anterior, permitindo realizar análises da situação patrimonial da entidade. No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2021 no caso dos municípios com menos de 50 mil habitantes.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Ativo Circulante:

O saldo do Ativo Circulante deixado na conta caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional em 31/12/2017 somam 102.435,22. Aumento de R\$ 2.632,74 em relação ao exercício de 2016 que foi de R\$ 99.802,48.



Estoque/Almoxarifado:

Não existe registro de Estoque/Almoxarifado.

Créditos a Curto e Longo Prazo:

Não existe registro de Créditos a Curto e Longo Prazo.

Imobilizado:

O valor do imobilizado ao final do exercício de 2016 totalizou R\$ 537.533,17 e no exercício de 2017 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 344.436,19. No exercício de 2017 o saldo final chegou ao montante de R\$ 881.969,36, sendo dividido em bens móveis R\$ 425.164,26 e bens imóveis R\$ 456.805,10.

No decurso do exercício de 2017 foram efetuadas as incorporações analíticas ao patrimônio nas contas bens móveis e nas contas bens imóveis permanece o registrado do exercício anterior.

Intangível:

Não existe registro de Ativos Intangíveis.

Obrigações a Curto Prazo:

Existe um saldo negativo no valor de R\$ 30.604,47 de Valores Restituíveis oriundos de exercícios anteriores.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo:

Não existe registro de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo.

Saldo Patrimonial:

O saldo patrimonial ao final do exercício de 2016 totalizou R\$ 656.218,84 . O resultado econômico da entidade no exercício de 2017 foi de R\$ 357.521,37, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de 2017 de R\$ 1.013.740,21.

Demais elementos patrimoniais:

A disponibilidade financeira R\$ 118.713,16 corresponde a diferença entre o Ativo Financeiro R\$ 101.166,38 e Passivo Financeiro – R\$ 17.546,78.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houveram ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: <http://receita.economia.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: b1265928-2f88-4d05-9966-ec8e171814d1

JOSÉ ROBERTO
BARBOSA
MEDEIROS
Presidente

CYNTIA MAYARA
GOMES DOS
SANTOS
Contadora
CRC/PE N°
026241/O-9

1



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b1265b28-2f88-4b05-9966-ec8e171814bf